

DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL DURANTE A PANDEMIA

ANNELISE COSTA DE JESUS¹; GILCEANE CAETANO PORTO²; MAURO
AUGUSTO BURKERT DEL PINO³

¹Universidade Federal de Pelotas – annelise_cj@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – gilceanep@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – mauro.pino1@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa nacional, denominada Alfabetização em Rede (AlfaRede), que se debruçou sobre as perspectivas de alfabetização durante a pandemia do Covid-19, sendo realizada por 29 universidades do país e envolvendo em torno de 117 pesquisadoras. O nosso grupo de pesquisa, Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Educação Pública (GIEPE), esteve engajado em todos processos de desenvolvimento da pesquisa, colaborando também com a escrita do primeiro relatório técnico parcial (2020), a publicação de dois artigos científicos na revista ABALF (2021) - (Associação Brasileira de Alfabetização)-, um capítulo no livro publicado pela AlfaRede com os resultados da pesquisa no país (2022). além de dois trabalhos encaminhados à ANPED-Sul (2022) - (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação).

Buscando compreender as práticas docentes que ocorreram durante o ensino remoto emergencial (ERE), assim como as condições em que essas práticas ocorreram, o grupo AlfaRede iniciou a pesquisa através de um questionário online, obtendo a devolutiva de 14.735 docentes de 18 estados do Brasil. O GIEPE realizou um recorte desta pesquisa, analisando os dados de 271 respondentes dos municípios do Capão do Leão e Pelotas, o que representa 19% das professoras que responderam a pesquisa no estado.

Diante da pandemia do covid-19 e a necessidade de distanciamento social, o Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2020b) estabeleceu o ensino remoto emergencial, fazendo com que as redes de ensino adotassem diferentes estratégias para dar continuidade à educação no país. Somado ao exposto e na contra-mão da educação, não foi considerado o fato de que 38% das residências no Brasil não possuem acesso à internet e 58% delas não têm computador, sendo que “há mais de 4,5 milhões de brasileiros sem acesso à internet banda larga e mais de 50% dos domicílios da área rural não possuem acesso à internet” (SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, 2020, p. 14).

Neste mesmo sentido, corroboramos com SAVIANI e GALVÃO (2021) que discorrem sobre a falácia do ensino remoto e a carência de políticas públicas em educação no país, alertando sobre as consequências da falta de medidas de enfrentamento à saúde e educação durante a pandemia pelo atual governo, o que amplia o espaço para o avanço do neoprodutivismo sobre a educação no país.

2. METODOLOGIA

A pesquisa, em âmbito geral, foi realizada em duas fases. A 1ª fase visou a formação de um survey através de um questionário online, contendo 35 perguntas direcionadas às docentes, que versaram desde a moradia, sua formação e

atuação, aos maiores desafios encontrados durante o ensino remoto emergencial. O questionário foi encaminhado ao maior número possível de docentes do país, ficando disponível para participação entre os meses de junho e setembro de 2020.

A 2ª fase foi a realização das rodas de conversas ou grupos focais com as professoras que já haviam respondido ao questionário. Os grupos focais (BACKES et al., 2011) foram realizados com o objetivo de ampliar as possibilidades de diálogo e análise acerca dos dados já coletados. Para análise dos dados obtidos com o questionário e rodas de conversa optamos pela abordagem qualiquantitativa, sendo os dados categorizados segundo a perspectiva de Análise de Conteúdo desenvolvida por BARDIN (1977).

Apresentamos a seguir, os resultados de análise dos dados das 271 respondentes dos municípios do Capão do Leão e Pelotas, alargando pontos de discussão a partir de nosso grupo focal composto por oito docentes que participaram da segunda fase da pesquisa nos referidos municípios.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A necessidade de isolamento social provocado pela pandemia do covid-19 gerou um decreto disciplinando o fechamento das escolas em 2020. Com isto, e para dar continuidade aos estudos no país, institui-se o ensino remoto emergencial (ERE) sem que fossem realizadas ações efetivas por parte do governo federal para que essa alternativa se tornasse viável. SAVIANI E GALVÃO (2021, p.38) afirmam que:

determinadas condições primárias precisariam ser preenchidas para colocar em prática o “ensino” remoto, tais como o acesso ao ambiente virtual propiciado por equipamentos adequados (e não apenas celulares); acesso à internet de qualidade; que todos estejam devidamente familiarizados com as tecnologias e, no caso de docentes, também preparados para o uso pedagógico de ferramentas virtuais.

A realidade brasileira se mostrou muito distante dessas condições primárias para que se instituisse o ERE. Os resultados de nossa pesquisa apontam que, apesar dessas serem obrigações do empregador, as condições de trabalho foram providas pelas próprias professoras, tanto em relação ao investimento em planos de internet e aquisição de aparelhos eletrônicos que viabilizassem a realização do trabalho, quanto às alternativas de comunicação com os alunos que não disponham de conectividade.

Em Pelotas e Capão do Leão, respectivamente, 20,38% e 12% das professoras alegaram se valer de materiais impressos e apostilas para dar continuidade às atividades escolares com as crianças sem acesso à internet. Muitas vezes esses materiais eram entregues nas casas das crianças ou buscados pelos familiares na escola, principalmente quando a ida à escola incluía a retirada de alimentos distribuídos por iniciativa de professoras e direções escolares, assim como por parte das secretarias municipais de educação.

Durante as rodas de conversas pudemos observar através dos relatos das professoras que muitos de seus alunos tinham acesso à internet somente através de um celular de um responsável, sendo este mesmo aparelho compartilhado para uso entre os demais membros da família. Somada a este fato, o WhatsApp foi a ferramenta mais citada como alternativa para o envio de atividades às crianças e familiares. Em Pelotas, 55,33% das professoras afirmaram que utilizaram o aplicativo. No município do Capão do Leão, esta opção também foi adotada pelas professoras, chegando a 46%.

Diante desse cenário, as docentes relataram, durante as rodas de conversa, que precisavam lidar com muitos desafios durante o ERE na busca de alternativas visando se relacionar com os alunos e seus familiares. Muitas vezes precisavam tomar decisões solitárias e individualizadas perante a ausência de suporte material e pedagógico por parte das gestões escolares e mantenedoras. As professoras foram enfáticas salientando que faziam o que podiam para manter o vínculo com seus alunos e familiares.

Considerando que 100% das docentes de Pelotas e 97,50% do Capão do Leão que responderam nossa pesquisa são mulheres, é preciso salientar que para além da realidade encontrada pelas docentes diante do ERE, elas ainda precisavam dar conta da intensificação da jornada de trabalho agravada por essas circunstâncias e, ainda, dos seus encargos pessoais e familiares. Evidencia-se, assim, triplas jornadas de trabalho (ALFABETIZAÇÃO..., 2020: 20).

As secretarias de educação intensificaram o trabalho docentes através de demandas estabelecidas sobre a rotina de ensino. Foram relatados a participação em cursos de capacitação digital, elaboração de relatórios, preenchimentos de planilhas sobre o envio e recebimento de atividades dos alunos, associando essas atividades ao controle sobre o trabalho docente.

Além disso, as docentes precisaram adequar os espaços físicos de suas casas para estabelecer uma rotina de trabalho, deter um tempo para estudo e preparação de materiais didáticos e aulas, estabelecer horários de uso compartilhado de aparelhos eletrônicos, conturbando a organização de tempo de trabalho com suas demandas pessoais e o cuidado e atenção com filhos e familiares.

Outro grande desafio relatado pelas professoras se refere ao acesso e retorno dos alunos em relação às tarefas de ensino-aprendizagem, pois para além de ter acesso aos materiais, ainda se fazia necessário o acompanhamento dos pais para que eles pudessem realizar as atividades. No município de Pelotas, 45,63% das professoras que participaram da pesquisa indicaram as relações de acesso e devolutiva dos alunos como um dos maiores desafios do ERE. Em Capão do Leão essa mesma percepção foi compreendida por 32% das docentes.

Durante as rodas de conversas, a frustração e a autorresponsabilização docente se fez presente nos discursos das professoras. As profissionais relataram se sentir impotentes diante do processo de exclusão escolar e adoecimento docente. Uma das professoras relata:

Eu, por exemplo, desde a semana passada tive que começar a tomar medicação para a pressão alta, nunca tive pressão alta, minha pressão sempre foi baixa. Estou em avaliação ainda, mas o médico acredita que possa ser emocional. Me tranquilizou: tomar a medicação por um tempo, fazer um checkup (PROFESSORA PATRÍCIA¹).

Um ponto positivo relatado pelas profissionais em relação ao ERE foi o fortalecimento do vínculo com as famílias:

pouquíssimos alunos estão acessando o Whats [...] os pais que estão, porque na verdade a gente não tá dando aula para aluno, é para o pai, para a mãe, para o padrasto. Eles estão entrando em contato. Eu estou tirando o lado bom disso tudo, porque eu estou podendo conversar com a família, e aí eu explico para eles (PROFESSORA MARIANA).

A falta de investimento na educação pública que garantisse a acessibilidade, equipamentos e internet para a maioria dos estudantes e docentes reverberou em uma relação pedagógica descontinuada e distante dos alunos. Esse contexto tem

¹ O nome utilizado para as entrevistadas é fictício.

revelado baixos avanços em termos de aprendizagem escolar, sendo referido pela maioria das professoras como nada favorável para atingir objetivos escolares, além de ser um problema para docentes, alunos e familiares. Por ser uma modalidade que pouco promove o diálogo, nota-se um empobrecimento nas práticas de ensino e aprendizagem, visto a baixa qualidade de recursos didáticos e interações pedagógicas ao alcance de docentes e alunos.

4. CONCLUSÕES

Os dados da pesquisa revelam que colocar sob a responsabilidade docente o processo educativo sem dar as mínimas condições de trabalho, além de deixar à própria sorte estudantes e familiares, que muitas vezes não contam com níveis de escolaridade suficiente para dar suporte aos seus filhos, são formas de exclusão educacional e social. A falta de políticas públicas para dar respostas aos efeitos da pandemia na educação do país configura-se como uma atitude engendradora à amplitude dos avanços do neoprodutivismo sobre a educação.

Os abismos existentes na educação pública de nosso país, assim como o processo de desinvestimento escolar, foram fortemente agravados durante a implementação do ensino remoto emergencial concomitante à falta de compromisso dos entes federativos ao dar uma respostas aos efeitos da pandemia.

Assim, o caráter historicamente excludente da educação brasileira foi aprofundado durante a pandemia do novo coronavírus. Todavia, ficou evidente o compromisso do magistério em enfrentar as dificuldades e procurar alternativas para levar a educação até às crianças, demonstrando uma enorme capacidade de assimilação e modificação, tendo por base um enorme compromisso público com a educação de qualidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACKES, D. S.; COLOMÉ, J. S.; ERDMANN, R. H.; LUNARID, V. L. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O mundo da saúde**, São Paulo, n. 35, v. 4, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3E2hjcz>. Acesso em: 12 ago. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

PORTO, G. C.; NORNBERG, M.; DEL PINO, M. A. B.; DIAS, E. A.; JESUS, A. C.; MESENBURG, F. A.; ALLEGRETTI, G.; HIRDES, J. C. R.; LUND, J. **A experiência educativa em contexto pandêmico no Rio Grande do Sul**. In: Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo. (Org.). Retratos da alfabetização na pandemia da COVID-19: resultados de uma pesquisa em rede. 1 ed. São Paulo: Pá de Palavra, 2022, v. 1, p. 124-147.

SAVIANI, D.; GALVÃO, A. C. Educação na pandemia: a falácia do “ensino remoto”. **Universidade e Sociedade**, ANDES-SN, Brasília, n. 67, p. 36-49, jan. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3E74nID>. Acesso em: 12 ago. 2022.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR — ANDES-SN. **Projeto do capital para a educação**: o ensino remoto e o desmonte do trabalho docente. Grupo de Trabalho de Política Educacional. [2020]. v. 4. Disponível em: <https://bit.ly/3JCP9WK>. Acesso em: 12 ago. 2022.